



**INFLUÊNCIA DA INTER-RELAÇÃO ENTRE AMBIENTE E
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO DESENVOLVIMENTO
COGNITIVO E SOCIAL**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Camile Araujo

Santa Maria, RS, Brasil.

2007

**INFLUÊNCIA DA INTER-RELAÇÃO ENTRE
AMBIENTE E A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL**

por

Camile Araujo

Artigo monográfico apresentado ao Curso de Pós-Graduação
Especialização à Distância em Educação Especial, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do Grau de
Especialista em Educação Especial.

Orientadora: Maria Alcione Munhóz

Santa Maria, RS, Brasil.
2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial à Distância**

A comissão Examinadora abaixo assinada aprova o artigo monográfico.

**Influência da inter-relação entre ambiente e a criança com Síndrome
de Down no desenvolvimento cognitivo e social**

elaborado por
Camile Araujo

**Como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Educação Especial**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Alcione Munhóz (orientadora)

Prof^ª. Ms. Rosani Beatriz Pivetta da Silva/ UFSM

Prof^ª. Ms. Denise Molón Castanho/UFSM

Santa Maria, 1º de Dezembro de 2007.

RESUMO

Artigo Monográfico
Especialização à Distância em Educação Especial
Universidade Federal de Santa Maria

A influência da inter-relação entre ambiente e a criança com Síndrome de Down no desenvolvimento cognitivo e social

Autora: Camile Araujo
Orientadora: Maria Alcione Munhóz
Data e local da defesa: Santa Maria, 1º de dezembro de 2007.

O objetivo desse estudo é investigar a influência no desenvolvimento cognitivo e social da inter-relação entre ambiente e a criança com Síndrome de Down. Através de uma pesquisa bibliográfica foram consultados livros, artigos científicos e periódicos sobre a temática pesquisada. Foram consideradas publicações sobre o tema referenciadas nos últimos 20 anos, período de 1987 – 2007. Em todos os materiais analisados a presença da família para o desenvolvimento cognitivo e social da criança com Síndrome de Down é mostrado como extremamente importante, pois a participação deles no atendimento de estimulação tem resultados significativos na interação e no desenvolvimento dessas crianças, comprovando que o micro ambiente familiar representa a base nesse processo.

Palavras chaves: Síndrome de Down, estimulação essencial e família.

ABSTRACT

Artigo Monográfico
Especialização à Distância em Educação Especial
Universidade Federal de Santa Maria

The influence of the interrelation between the environment and the child with Down syndrome in the development cognitive and social

Autora: Camile Araujo
Orientadora: Maria Alcione Munhóz
Data e local da defesa: Santa Maria, 1º de dezembro de 2007.

The objective of this study is to investigate the influences in the cognitive and social development of the interrelation between the environment and the child with Down syndrome. Through a bibliographical research, books, scientific articles and newspapers were consulted about the researched theme. Publications were considered about the theme referred in the last 20 years, between the periods of 1987 - 2007. In all the analyzed materials, the presence of the family for the child's cognitive and social development with Down syndrome is shown as extremely important because the participation of the family on the stimulation process has significant results in the interaction and in the development of those children, proving that the micro environmental family represents the base in this process.

Keywords: Down syndrome, essential stimulation and family

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1. Estimulação Essencial.....	9
2.2. Família e Estimulação do filho.....	10
2.3. Estimulação Essencial e desenvolvimento infantil.....	14
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo foi investigar a influência no desenvolvimento cognitivo e social da inter-relação entre micro ambiente familiar e a criança com Síndrome de Down. Olhar sobre o papel da família no contexto da estimulação, ainda é escasso, embora vários autores já enfatizam este aspecto como fundamental.

Acreditamos e defendemos a participação cada vez mais efetiva dos pais neste processo, buscamos ampliar os conhecimentos sobre o assunto por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Esse tema ainda é pouco discutido, pois até pouco tempo atrás a família não possuía espaço no contexto da estimulação, participando apenas estimulador e bebê. Assim numa nova visão buscamos acrescentar neste contexto a insubstituível e fundamental participação dos pais no microambiente da criança com Síndrome de Down.

Um individuo é reflexo das suas relações sociais nas e pelas quais ele desenvolve-se, para entendê-lo primeiro faz-se necessário à compreensão e análise destes elementos. Desta maneira é possível mostrar como as respostas individuais surgem das formas de vida coletiva. A vida do homem não seria possível se fosse estudada somente a partir do cérebro e de suas mãos, sem considerar os instrumentos que surgem da vida social (LA ROSA, 2002).

Neste contexto a participação da família é fundamental, pois esta é o primeiro microambiente com o qual a criança interage. Os estudos sobre as interações das crianças com Síndrome de Down (SD) e seus genitores apresentam dados inconclusivos, não havendo, ainda, explicações para algumas inconsistências e contradições (BERGER, 1990).

A Ecologia do Desenvolvimento Humano caracteriza o ser humano como alguém ativo em seu meio, em inter-relações que estabelece com todos os quais participam. Ambiente é compreendido como espaço que abrange dimensões materiais e psicológicas na qual o sujeito constrói o seu cotidiano (BRONFENBRENNER, 1999).

Em decorrência da conexão existente entre sistemas sociais, uma pessoa no microsistema familiar é influenciada por todos os outros sistemas e é nessa interação que ela desenvolve-se.

O entendimento e a análise das relações entre a criança com Síndrome de Down e o meio, por uma perspectiva ecológica ainda tem muito a ser descoberto através da percepção do indivíduo e seu ambiente, interagindo como um todo e com propriedades e relacionamentos próprios.

O interesse pelo presente estudo justifica-se por uma série de fatores que permearam e ainda permeiam minha vida acadêmica. Todas as pesquisas e estágios realizados até o presente momento contemplam a Estimulação Essencial e a participação da família nesse contexto, seja a importância da participação paterna no desenvolvimento do bebê ou a contribuição da família como um todo, nesse processo.

Acredita-se que esta pesquisa trará contribuições teóricas para este campo de conhecimento, bem como para o desempenho e atuação de profissionais da área.

1. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A Pesquisa Bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica (GIL, 2002).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002).

Para a elaboração desta pesquisa foram consultados livros, pesquisas, artigos científicos, periódicos, através de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática pesquisada. Para isto, foram incluídas publicações do tema encontradas nos últimos 20 anos, período de 1987 – 2007. Para fins de estudo foram consideradas as publicações relacionadas à estimulação essencial, família e desenvolvimento infantil. A escolha dos artigos foi realizada a partir da leitura dos resumos, a fim de confirmar a temática proposta para realização da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Estimulação Essencial

Estimulação Precoce ou Intervenção Precoce é um conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança com deficiência nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo (BRASIL, 1995). A estimulação precoce é um programa de natureza educacional, o primeiro no atendimento da educação especial que visa prestar um serviço especializado à criança com Necessidades Especiais na faixa etária dos zero aos três anos de idade (BRASIL, 1994).

O atendimento é feito por cada terapeuta individualmente, e suas atividades são centradas na criança e na sua condição especial. A ênfase do trabalho é dada a tudo aquilo que ela deverá alcançar em determinadas áreas do desenvolvimento humano (motor, cognitivo, afetivo, social,...). Este direcionamento valoriza a dificuldade da criança, desprezando na maioria, as interações da criança com seus familiares e os benefícios destas interações para o desenvolvimento infantil (BOLSANELLO, 1998).

Entretanto, a estimulação precoce vem sendo substituída por estimulação essencial ao desenvolvimento, definida como uma necessidade humana básica para um crescimento e desenvolvimento harmônico, pois com esta prática, a criança desenvolve o seu potencial genético e atinge a maturidade física, mental e social (CABRAL, 1989).

Um programa de intervenção precoce deve envolver o maior número possível de membros familiares, principalmente porque seus benefícios são extensivos ao modo de organização e funcionamento, especialmente no que se refere aos recursos psicológicos e à qualidade das interações entre eles (DESSEN E SILVA, 2004).

Bronfenbrenner e Dunst et al. (1998, p.15), afirmam o seguinte:

O que se pretende na realidade é que os pais se tornem elementos competentes, capazes de poder intervir de forma positiva na educação e no desenvolvimento do seu filho, recebendo para isso apoio das redes sociais formais e informais, existentes na comunidade. Isto porque o desempenho eficaz dos papéis de maternidade e paternidade na família depende das exigências desses papéis, do stress sentido pelos pais e dos apoios provenientes de outras estruturas.

A estimulação essencial incentiva o desenvolvimento cognitivo da criança e o conhecimento de seu corpo, para que obtenha um ganho físico, intelectual, emocional e social. Com isto suas manobras não devem resumir-se em repetições passivas e, muito, menos, trazer sofrimento ao bebê, devendo, desta forma, ser realizadas de acordo com o ritmo natural de cada um (NAVAJAS e CANIATO, 2003).

Conforme Guralnick (1997), esses programas também promovem a competência social nas crianças. A competência social é um constructo que se integra aos domínios cognitivo, afetivo, motor e de comunicação, portanto, está relacionada às aquisições básicas da criança. Acrescentam eles que esses programas precisam ser imbuídos de entusiasmo, responsabilidade, persistência, sensibilidade e flexibilidade de quem os aplica (os mediadores).

2.2. Família e Estimulação do filho

O nascimento de uma criança na família é um acontecimento de grande importância. Desde a sua concepção, a criança já é depositária de uma série de expectativas (POLITY, 2000). Os pais, que até então estavam preparados para um bebê “normal”, faziam planos quanto à vida futura desse bebê; porém, no momento do nascimento notam algo diferente. Os sonhos e planos desmoronam e caem por terra. Inicia-se então uma nova caminhada pela qual não se espera e nem se deseja passar (BUSCÁGLIA, 1997).

De acordo com Melero (1999), no caso das crianças com SD, essas primeiras experiências podem ficar comprometidas pelo impacto da notícia de ter um filho com essa síndrome produz na família. Tal impacto pode dificultar que a mãe tenha reações, de acordo com sua sensibilidade natural, impedindo que as primeiras experiências ocorram satisfatoriamente. A ajuda e a mediação de profissionais podem minimizar o impacto mostrando as possibilidades, e não somente os aspectos negativos, o que ajuda os pais a adquirir uma visão mais ampla da situação (VOIVODIC e STORER, 2002).

Werneck (1995) sobre a reação dos pais diante do diagnóstico de Síndrome de Down postula que:

com certeza, o casal vai passar por um período de luto pela morte do filho saudável que tanto imaginaram, mas que não nasceu. Superar esse período é fundamental para que toda a família consiga estabelecer vínculos afetivos verdadeiros com o bebê real que tanto depende deles para sobreviver. É preciso aceitá-lo com todas as suas

limitações. Muitas vezes, o período de desânimo vai e volta. Sua intensidade pode variar em função do quão sejam visíveis às características da síndrome do bebê.

O bebê com SD, por necessitar de muitos cuidados, faz com que os pais se envolvam intensamente nessa atividade. O esforço dos pais para “vencer” a síndrome tem o aspecto positivo de mobilizá-los para ajudar no desenvolvimento, mas é importante que isso não se transforme numa obsessão que os impossibilite de ver a realidade (VOIVODIC e STORER, 2002).

O trabalho de estimulação precoce procura propiciar o desenvolvimento do potencial da criança com SD. Porém, segundo Casarin (2001), embora a estimulação tenha efeito benéfico sobre o desenvolvimento, muitas vezes, mesmo que as habilidades sejam desenvolvidas, não há um sujeito diferenciado que possa utilizá-las. A família, desorganizada pela presença da SD, encontra alívio na intensa atividade de estimulação, mas muitas vezes essa atividade pode tomar o lugar do relacionamento afetivo e da disponibilidade da mãe em perceber e interagir com a criança.

Segundo Bowlby (1997), a ajuda especializada aos pais nos primeiros anos de vida de uma criança pode ser extremamente importante para auxiliá-los a desenvolver as relações afetivas e compreensivas que quase todos desejam com o bebê. A ajuda aos pais, quando qualificada e oportuna, poderá ter efeito significativo se for realizada nos primeiros anos de vida da criança, período crítico de seu desenvolvimento.

Se partirmos do pressuposto de que a família é o primeiro grupo ao qual se pertence, Dessen e Silva (2004) defendem que se deve envolver os membros deste grupo no trabalho da estimulação precoce, pois são eles que diretamente irão oferecer estímulos ambientais ao bebê, são eles que passarão a maior parte do tempo com o recém nascido, são eles que estarão interagindo emocionalmente entre si e com esta criança, são eles que conhecerão as respostas do bebê frente à variadas situações, são eles que observarão as dificuldades e ao mesmo tempo as conquistas dos pequenos e são eles que diariamente construirão suas histórias de vida.

Para uma intervenção familiar, devem ser levadas em conta as informações relacionadas às características da criança, assim como mudar as percepções dos pais a respeito das necessidades dela, reavaliando suas crenças e valores. Também não se pode esquecer de considerar fatores que protegem as famílias dos impactos negativos na criação de seus filhos com atraso no desenvolvimento e que são aspectos importantes na mediação para enfrentar com êxito o problema, tais como: propiciar melhores relações familiares, criar estilos de

reação adequados ante ao estresse, ampliar a rede de apoio aos pais (VOIVODIC e STORER, 2002).

Para que haja sincronismo durante o tratamento, é essencial a presença do casal, ou apenas da mãe, ou do pai, contribuindo para a integração na relação família-bebê. A família deve ser criteriosamente orientada, com a finalidade de compreender as dificuldades, as limitações, as diferenças pessoais de ritmo e de potencial da criança a ser estimulada. Quando a estimulação for realizada no ambiente familiar, as condições devem ser analisadas para a aplicação de um programa adequado (NAVAJAS e CANIATO, 2003).

Os estudos de López referenciados por Coll, Palacios e Marchesi (1995) abordam que, nesse processo de interação com o recém-nascido, a mãe ocupa um lugar privilegiado, pois, por meio do suprimento das necessidades básicas do bebê (alimentação, higiene, proteção), do afeto, do apego, da linguagem, das brincadeiras e de outras ações e manifestações próprias da maternidade, vai estreitando os vínculos com o recém-nascido que, aos poucos, aprende a reagir e a responder aos estímulos. O vínculo que se estabelece entre a mãe e o bebê facilita o desenvolvimento psicológico da criança, permitindo um envolvimento emocional no qual as ações e reações da mãe e do bebê são sincronizadas de forma recíproca. Neste processo, mãe e filho são recompensados, pois o bebê reage de forma positiva aos cuidados e atenções da mãe e esta, por sua vez, por meio destes cuidados e atenções vai proporcionando ao bebê sensações prazerosas de confiança, segurança, entre outras.

Pesquisas contemporâneas revisadas por alguns autores, entre eles Gottman (1997) e Coriat (1997) revelam que a interação pai-bebê influencia a criança, principalmente no que diz respeito à socialização e à afetividade. Os bebês que têm maior contato com os pais estranham menos as pessoas, choram menos quando são deixados com algum desconhecido, tornam-se mais compreensivos e efetivam de forma mais adequada seus relacionamentos sociais.

Na primeira infância os principais vínculos, bem como os cuidados e estímulos necessários ao crescimento e desenvolvimento, são fornecidos pela família. A qualidade do cuidado, nos aspectos físico e afetivo-social, decorre de condições estáveis de vida, tanto socioeconômicas quanto psicossociais (ZAMBERLAN E BIASOLI-ALVES, 1996).

A interação da criança com o adulto ou com outras crianças é um dos principais elementos para uma adequada estimulação no espaço familiar. Os processos proximais são mecanismos constituintes dessa interação, contribuindo para que a criança desenvolva sua percepção, dirija e controle seu comportamento. Além disso, permite adquirir conhecimentos

e habilidades, estabelecendo relações e construindo seu próprio ambiente físico e social (BRONFENBRENNER, 1994).

A família desempenha ainda o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Sendo um sistema aberto que se desenvolve na troca de relações com outros sistemas, tem sofrido transformações, as quais refletem mudanças mais gerais da sociedade. Dessa maneira surgem novos arranjos, diferentes da família nuclear anteriormente dominante, constituída pelo casal e filhos. Qualquer que seja a sua estrutura, a família mantém-se como o meio relacional básico para as relações da criança com o mundo (SOUZA, 1997). A ecologia do desenvolvimento humano, formulada por Bronfenbrenner & Ceci (1994), salienta a complexidade das inter-relações no ambiente imediato. Ele depende da existência e natureza das interconexões com outros ambientes complementares, permitindo contextualizar os fenômenos do desenvolvimento nos vários níveis do mundo social.

A família, através das relações estabelecidas entre seus membros, pode proporcionar à criança um ambiente de crescimento e desenvolvimento, especialmente para aquelas com deficiência mental, as quais requerem atenção e cuidados específicos (PEREIRA-SILVA E DESSEN, 2001). As relações desenvolvidas neste microsistema possuem características específicas de unicidade e complexidade, constituindo um contexto em desenvolvimento (KREPPNER, 1992).

Conforme Zamberlan e Biasoli-Alves (1996), tanto fatores macrossistêmicos – renda familiar, grau de instrução dos pais e profissão, como microssistêmicos – qualidade das interações e relações entre os membros familiares e pessoas próximas, particularmente no que tange às práticas psicossociais de cuidados implementadas nesses contextos, associam-se na promoção de um desenvolvimento adequado e saudável da criança. No entanto, reiteramos o fato de que a família pode exercer um papel tanto estimulador como deletério no desenvolvimento de suas crianças deficientes, já que são inúmeras as variáveis que estão em contínua interação, influenciando a dinâmica e o funcionamento dessas famílias (PEREIRA-SILVA & DESSEN, 2001).

A intervenção precoce dirige-se, portanto à família, essa que inclui obviamente a criança e, é hoje entendida como uma prática que se baseia numa rede integrada de serviços, apoios e recursos, que dão resposta às necessidades do conjunto da unidade familiar (ALMEIDA, 2004).

Quando se desloca à unidade de intervenção da criança para a família, está-se a abandonar uma perspectiva de estimulação precoce em que a criança surgia como o principal

alvo do programa de intervenção. É a família como um todo que deve ser considerada simultaneamente como receptora e agente ativo do programa. Isto, porque se deseja que a família participe em verdadeira parceria com os profissionais no desenrolar do programa e que lhe seja passada a ela a tomada de decisão em tudo aquilo que tenha a ver com a criança e com a família no seu todo (ALMEIDA, 2004).

São muitas as variáveis que afetam o desenvolvimento da criança. Para Zamberlan e Biasoli-Alves (1996), tanto fatores macrosistêmicos $\frac{3}{4}$ renda familiar, grau de instrução dos pais e profissão, como microsistêmicos $\frac{3}{4}$ qualidade das interações e relações entre os membros familiares e pessoas próximas, particularmente no que tange às práticas psicossociais de cuidados implementadas nesses contextos, associam-se na promoção de um desenvolvimento adequado e saudável da criança. Aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento de famílias de crianças deficientes mentais constitui um caminho promissor para a compreensão do desenvolvimento destas crianças e de sua adaptação ao meio.

2.3. Estimulação Essencial e Desenvolvimento Infantil

A criança com Síndrome de Down, desde o início, apresenta reações mais lentas do que as outras crianças; provavelmente isso altera sua ligação com o ambiente. O desenvolvimento cognitivo é não somente mais lento, mas também se processa de forma diferente. À medida que a criança cresce, as diferenças mostram-se maiores, já que as dificuldades alteram o curso do desenvolvimento (VOIVODIC e STORER, 2002).

Há um inevitável atraso em todas as áreas do desenvolvimento e um estado permanente de deficiência mental. Porém, segundo o mesmo autor, não há um padrão previsível de desenvolvimento em todas as crianças afetadas, uma vez que o desenvolvimento da inteligência não depende exclusivamente da alteração cromossômica, mas também do restante do potencial genético, bem como das importantes influências do meio (SCHWARTZMAN, 1999).

Conforme Amiralian (2003), dois fatores são essenciais para a constituição e desenvolvimento do ser humano: a tendência inata do indivíduo para a integração e amadurecimento e a existência de um ambiente facilitador. Deste princípio pode-se inferir uma constante: qualquer que seja o potencial herdado, ele só se realizará pelos cuidados de um outro ser humano, preferencialmente a mãe. E, pode-se acrescentar, um desenvolvimento saudável significa a realização plena de si mesmo, de suas possibilidades.

Muitos fatores afetam o ser humano: a herança de que é dotado, a cultura em que nasceu, os valores aceitos pela comunidade e a família a que pertence, o momento atual que estão vivendo seus pais, o número de irmãos, a posição na constelação familiar, a organização e a estrutura de sua família, a peculiar constituição orgânica, e inúmeras outras condições importantes na constituição de cada um de nós. Mas, o fundamental é a interação com outro ser humano capaz de suprir as necessidades daquele organismo em formação, ou seja, exercer a função materna. Todo o processo de desenvolvimento e as falhas e rupturas que porventura venham a ocorrer deverão ser compreendidos e integrados dentro de um conjunto maior de relações que são determinadas pela natureza humana, e que se aplicam de igual maneira a todos os seres humanos (AMIRALIAN, 2003).

De acordo com Vygotsky (2007, p. 99), desde o início do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio dentro do contexto social em que vive. Enfatiza a importância dos processos de aprendizado, que, segundo ele, desde o nascimento, estão relacionados ao desenvolvimento da criança. O desenvolvimento, em parte, é definido pelo processo de maturação do organismo, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento, que ocorrem no contato direto do indivíduo com o ambiente que o cerca: “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam”.

Melero (1999) acredita que a inteligência não se define, e sim se constrói, não sendo fixa e constante durante toda a vida. Enfatiza que a pessoa com SD é muito mais que sua carga genética, é um organismo que funciona como um todo, e a genética é só uma possibilidade. Esse modo de funcionar como um todo, pode compensar inclusive sua carga genética, mediante processos de desenvolvimento, sempre e quando melhoram os contextos em que a pessoa vive (familiar, social e escolar).

As atividades da vida cotidiana na família dão à criança oportunidades para aprender e desenvolver-se por meio do modelo, da participação conjunta, da realização assistida e de tantas outras formas de mediar à aprendizagem. Essas atividades podem ou não propiciar motivações educativas (VOIVODIC e STORER, 2002).

Diante do que foi exposto por Voivodic e Storer (2002), constata-se a grande importância da interação positiva da família com a criança portadora de SD, no sentido de propiciar não só o seu desenvolvimento afetivo e social, mas também seu desenvolvimento cognitivo. Segundo Melero (1999), quando se pretende melhorar as condições cognitivas das crianças com SD, torna-se necessário qualificar os contextos onde vivem. O primeiro contexto da criança é a família.

As interações estabelecidas no microsistema família são as que trazem implicações mais significativas para o desenvolvimento da criança, embora outros sistemas sociais (Ex.: escola, local de trabalho dos genitores, clube) também contribuam para o seu desenvolvimento (SILVA e DESSEN, 2003).

Para Winnicott (1990), o ser humano constitui-se na interação com o ambiente, em sua origem há um organismo com o potencial herdado e força vital para um contínuo vir-a-ser: "O que existe é um conjunto anatômico e fisiológico, e a isto se acrescenta um potencial para o desenvolvimento de uma personalidade humana. Há uma tendência geral ao crescimento físico e ao desenvolvimento da parte psíquica da parceria psicossomática".

A exploração do ambiente faz parte da construção do mundo da criança, e o conhecimento que ela obtém por esse meio formará sua bagagem para se relacionar com o ambiente. A criança com SD utiliza comportamentos repetitivos e estereotipados, o comportamento exploratório é impulsivo e desorganizado, dificultando um conhecimento consistente do ambiente. As crianças tendem a envolver-se menos na atividade, dar menos respostas e tomam menos iniciativa (VOIVODIC e STORER, 2002).

Neste sentido, a abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (1996, 1999) mostra-se apropriada, por enfatizar as conexões entre a pessoa e os ambientes em que ela está em contato, os quais são de extrema importância para o seu desenvolvimento. A busca por uma compreensão do desenvolvimento humano de uma maneira mais integrada, abarcando a pessoa e o ambiente e considerando as matizes temporais e contextuais, revelando os processos intrínsecos entre elas, seus níveis de complexidade e de transformações, são as principais características da abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (SILVA e DESSEN, 2003).

Desde os primeiros meses, a criança com SD tem dificuldade de manter a atenção e de estar alerta aos estímulos externos. Em geral, são menos interativas e respondem menos ao adulto, mas isso não significa que não sejam capazes de desenvolver tal tipo de comportamento. Ele se manifesta de forma diferente e em momentos diferentes em relação à criança sem atraso (VOIVODIC e STORER, 2002).

Em nosso país, segundo Bolsanello (1998), o atendimento é feito por cada terapeuta individualmente, e suas atividades são centradas na criança e na sua condição especial. Dessa forma, a ênfase do trabalho é dada a tudo aquilo que ela deverá alcançar em determinadas áreas do desenvolvimento humano (motor, cognitivo, afetivo, social,...). Este direcionamento de trabalho em estimulação precoce valoriza a dificuldade da criança, desprezando na grande

maioria, as interações da criança com seus familiares e os benefícios destas interações para o desenvolvimento infantil.

Omote (2003) afirma que o atendimento a famílias de deficientes deve pautar-se por uma perspectiva dupla: a de prover condições favoráveis ao desenvolvimento da criança deficiente e a de auxiliar cada familiar a enfrentar as dificuldades decorrentes da sua condição de ser mãe, pai, irmão ou irmã de uma criança vista e tratada como desviante. Essas duas razões são solidariamente interdependentes.

Na mesma obra, Colnago e Biasoli-Alves (2003) descrevem suas pesquisas realizadas com famílias de bebês com Síndrome de Down e apontam três grandes aspectos que devem ser considerados num programa de orientação a pais: propor e/ou permitir que as famílias discutam sobre o estresse emocional vivenciado quando nasce um bebê com a Síndrome, discutir o desenvolvimento infantil destacando as fases que a criança passa na primeira infância e discutir informações sobre a Síndrome e suas implicações no desenvolvimento da criança.

Araújo (2004) ressalta que os profissionais devem mostrar sensibilidade para lidar com situações complexas de pessoas atingidas por determinadas ocorrências como a deficiência, e que estes atuariam como “consultores” dos familiares representando assim uma fonte de suporte de informações e de apoio social à família. Esta, por sua vez, desempenharia o papel de mediadora do desenvolvimento da criança com deficiência.

Segundo Dessen e Silva (2004, p. 179): “Um programa de intervenção deve envolver o maior número possível de membros familiares, principalmente porque seus benefícios são extensivos ao modo de organização e funcionamento familiar, especialmente no que se refere aos recursos psicológicos e à qualidade das interações entre eles”.

O desenvolvimento da criança num primeiro momento é mediado pelo outro. Num segundo momento a criança se apropria do comportamento, da cultura e dos modos de funcionamento psicológico do seu grupo cultural, internalizando-os. Isto é, sem a intervenção de outras pessoas a criança se apropria da aprendizagem. A atividade que antes precisou ser mediada passa a ser independente. Assim, o processo de desenvolvimento da criança está enraizado nas ligações entre a sua história social e individual. Ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, a criança reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais (VYGOSTSKY, 2007).

Para o mesmo autor, a criança, na interação com sua mãe e familiares, vai transformando esse meio familiar em função do atendimento às suas necessidades básicas, assim, transformando a si mesma. Quando ela modifica o ambiente físico e social por meio do

seu próprio comportamento, essa mesma modificação vai influenciar seu comportamento futuro. Ou seja, suas aquisições básicas de motricidade, cognição, linguagem e competência social. Desse modo, podemos concluir que o desenvolvimento da criança se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive mediante aprendizagem.

O conhecimento é construído socialmente no âmbito das relações humanas. Ou seja, é pela aprendizagem nas relações com os outros que a criança vai construindo seu conhecimento que permite o desenvolvimento mental, afetivo e motor. Em outras palavras, a intervenção precoce adequada, a aprendizagem no meio familiar em rotinas diárias e a convivência social é que trarão a reboque o desenvolvimento da criança cega, amenizando as suas dificuldades, geradas pela ausência da visão. Nesse sentido, o programa de atendimento deve ir ao encontro das necessidades da família, ou seja, na colaboração entre profissionais e responsáveis pela criança e no saber ouvir os pais nas suas crenças, atitudes e valores, para orientá-los no processo de educação da criança (VYGOTSKY, 2007).

Segundo Vygotsky (1994), o ambiente é mutável e dinâmico, exercendo um papel variado no desenvolvimento infantil, dependendo da idade da criança. À medida que esta se desenvolve, seu ambiente também muda, e, conseqüentemente, a sua forma de relação com este meio se altera. Mas, o ambiente a que nos referimos não é apenas o ambiente do lar da criança, mas também outros ambientes que ela começa a freqüentar em cada momento de sua vida, tais como a creche, o jardim-de-infância, a pré-escola etc.. Portanto, o ambiente não deve ser encarado como uma entidade estática e periférica em relação ao desenvolvimento infantil.

A influência do ambiente no desenvolvimento psicológico da criança ocorre, segundo Vygotsky (1994), basicamente através da experiência emocional do sujeito. Em uma experiência emocional estão em relação tanto as características próprias do sujeito, como aquelas do ambiente, mas não é qualquer experiência que se torna relevante para o curso futuro do desenvolvimento da criança. Em decorrência disso, as situações vividas em cada ambiente podem influenciar diferentemente as várias pessoas que ali convivem, uma vez que, cada criança pode ter uma percepção diferente de um evento, experienciando-o de um modo particular e, conseqüentemente, a influência deste sobre o desenvolvimento de cada criança acaba sendo muito peculiar. E é dentro desse contexto que inserimos a nossa criança com SD, a qual apresenta limitações em suas capacidades, porém não está imune as transformações do seu ambiente.

Na concepção de Vygotsky (1994), o ambiente já possui as fontes necessárias para o desenvolvimento da criança e, portanto, apresenta uma forma apropriada que deve estar em

relação com a forma rudimentar da criança para que o desenvolvimento possa ocorrer sem falhas. A possibilidade de um fracasso em algum aspecto do desenvolvimento decorre da inexistência dessa forma ideal apropriada no ambiente, não havendo assim a interação da criança com a mesma. Mas, não apenas Vygotsky ressalta a importância do ambiente para o desenvolvimento humano. Segundo Bronfenbrenner (1999), a pessoa é concebida como um todo funcional em que os diversos processos psicológicos – cognitivo, afetivo, emocional, motivacional e social – relacionam-se de forma coordenada um com o outro. Para este autor, o ambiente está estruturado em níveis: macro, exo, meso e microsistema, e cada um influencia e é influenciado pelo outro. Em decorrência da conexão existente entre estes sistemas sociais, uma pessoa no microsistema familiar é influenciada por todos os outros sistemas e é nessa interação que ela se desenvolve.

Os quatro níveis de organização do ambiente propostos por Bronfenbrenner (1996) proporcionam uma idéia ampla de como a criança, incluindo aquela com SD, é influenciada pelos diversos ambientes em que está em contato e, especificamente, pela cultura em que está inserida, pois o desenvolvimento não pode ser entendido sem levar em consideração o processo distal. Este processo envolve as condições históricas, culturais, sociais e, também, ambientais que, por sua vez, estão em relação indireta com a pessoa em desenvolvimento (TUDGE, GRAY & HOGAN, 1997). Portanto, a criança se desenvolve em um contexto social e humano que lhe dá a possibilidade de interiorizar experiências e construir seu sistema de significados, contribuindo para emergirem novas formas de organização. Nesse sentido, a criança com S.D. tem a possibilidade de vivenciar novos domínios e de construir-se enquanto pessoa ativa e cidadã dentro de nossa cultura. O ambiente da família constitui o primeiro universo de socialização da criança, e é o que sofre as mais profundas transformações quando do nascimento de uma criança Deficiente Mental, não só em termos de reações e sentimentos de seus membros, como também de estrutura e funcionamento da família.

Quando a criança nasce, o seu Sistema Nervoso Central ainda não está completamente desenvolvido. Ela percebe o mundo pelos sentidos e age sobre ele, criando uma interação que se modifica no decorrer do seu desenvolvimento. Deste modo, por meio de sua relação com o meio, o SNC se mantém em constante evolução, em um processo de aprendizagem que permite sua melhor adaptação ao meio em que vive (SILVA E GAETAN, 2004).

A relação entre o ambiente e o desenvolvimento humano é enfatizada por Bronfenbrenner (1996), para quem a pessoa é concebida como um todo funcional onde os diversos processos psicológicos $\frac{3}{4}$ cognitivo, afetivo, emocional, motivacional e social $\frac{3}{4}$ relacionam-se de forma coordenada um com o outro. Para ele, existem conexões sociais entre

os vários ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações a respeito do outro, em cada ambiente. Isto permite que a pessoa no microsistema familiar, por exemplo, possa ser influenciada por todos os outros sistemas e se desenvolva nessa interação.

A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento, especialmente em se tratando das crianças com deficiência mental, as quais requerem atenção e cuidados específicos. A influência da família no desenvolvimento de suas crianças se dá, primordialmente, através das relações estabelecidas por meio de uma via fundamental: a comunicação, tanto verbal como não verbal (SILVA E DESSEN, 2001). A gama de interações e relações desenvolvidas entre os membros familiares mostra que o desenvolvimento do indivíduo não pode ser isolado do desenvolvimento da família (DESEN & LEWIS, 1998).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa pesquisa, que foi investigar qual a influencia no desenvolvimento cognitivo e social da inter-relação entre ambiente e a criança com Síndrome de Down. Através da pesquisa bibliográfica referenciada nos últimos vinte anos, contatou-se que os autores que se dedicam ao estudo da estimulação essencial, da Síndrome de Down e da família tem defendido a participação desta no processo de estimulação essencial. Seja pelo fato de que o bebê ali implicado passa mais tempo com a família do que com o estimulador ou porque com a participação da família a interação com o Bebê torna-se mais significativa, colaborando com o desenvolvimento.

Certamente que uma interação pais-filhos conduz a um desenvolvimento mais efetivo das áreas cognitivas, lingüísticas e socioemocionais da criança com deficiência mental. A socialização, interação e inserção da criança com Síndrome de Down nos diferentes microambientes da sociedade é alicerçada e fundamentada no ambiente familiar e na forma como as relações são estabelecidas neste microambiente.

A maioria dos artigos encontrados refere que o ambiente sócio-cultural, a inter-relação favorece e influencia no desenvolvimento de habilidades e capacidades. O programa de estimulação essencial colabora para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor das crianças que apresentam atraso nestas áreas, e também atua na prevenção. O sucesso do trabalho é dado pela participação ativa dos familiares junto à criança.

Contatou-se também, que quanto mais cedo o trabalho de estimulação for iniciado, mais significativos serão os resultados, pois as conquistas dos dois primeiros anos são à base da aprendizagem. Alguns autores defendem que as habilidades cognitivas sofrem mais influencias da mãe, enquanto as habilidades sociais são mais influenciadas pelos pais.

O desenvolvimento é um processo de mudanças que envolve várias coisas, das quais participam todos os aspectos de crescimento e maturação dos aparelhos e sistemas dos organismos. Está intimamente ligado ao contexto sociocultural ao qual está inserido, portanto é impossível considerá-lo algo isolado ou somente orgânico.

Acredita-se que essa pesquisa ira colaborar para o desenvolvimento de outros estudos envolvendo o tema proposto, pois a partir delas a Estimulação essencial envolvendo a família e considerando os contexto em que a criança esta inserida terá progressos, tanto quanto na técnica quanto no desenvolvimento da criança e dessa família envolvida.

REFERENCIAL

ALMEIDA, I. C. **Intervenção Precoce: focada na criança ou centrada na família e na comunidade.** *Análise Psicológica*, V.1 (XXII): 65-72, 2004.

AMIRALIAN, Maria Lucia de Toledo Moraes. **Deficiências: Um novo olhar. Contribuições a partir da psicanálise winnicottiana.** *Estilos clin.* [online]. jun. 2003, vol.8, no.15 [citado 15 Abril 2006], p.94-111. Disponível na World Wide Web: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-7128. Acesso em: 15 de julho de 2007.

ARAÚJO, E. A. C. **Parceria Família-Profissional em Educação Especial: Promovendo Habilidades de Comunicação Efetiva** In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. ; WILLIAMS, L. C de A. (orgs.) **Temas em Educação Especial - Avanços Recentes.** São Carlos: Edufscar, 2004. p. 175-178.

BERGER, J.. **Interactions between parents and their infants with Down syndrome.** In: D. Cicchetti & M. Beeghly (Orgs.). **Children with Down syndrome: A developmental perspective** (pp. 101-146). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOLSANELLO, M. A.. **Interação mãe-filho portador de deficiência: Concepções e modo de atuação dos profissionais em estimulação precoce.** Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós- Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1998.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Atenção à pessoa portadora de deficiência.** Informações sobre a síndrome de Down: Destinadas a profissionais de unidades de saúde: Brasília, 20p. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce: o portador de necessidades educativas especiais/ Secretaria de Educação Especial –** Brasília: MEC, SEESP, 1995.

BRONFENBRENNER, U, CECI, SJ. **Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective.** *A bioecological model.* *Psychol Rev* 1994; 101(4):568-86.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** (M.A.Veríssimo, trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. e DUNST, C.J. et al In: CORREIA, L. de M. SERRANO, A. M.; (orgs) **Envolvimento Parental em Intervenção Precoce: das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família.** Porto: Porto Editora LDA, 1998.

BRONFENBRENNER, U.. Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. Em S. L. Friedman & T. D. Wachs (Orgs.), **Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts** (pp. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association, 1999.

BUSCAGLIA, L. F. **Os Deficientes e seus Pais.** Rio de Janeiro: Record, 1997

CABRAL, I. E. **Aplicação da estimulação essencial à criança hospitalizada.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, vol. 42, n. 1/4, p. 90-92, 1989.

CASARIN, S. Aspectos psicológicos da síndrome de Down. In: J. S. Schwartzman (Ed.). **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon, 1999.

CASARIN, S. Os vínculos familiares e a identidade da pessoa com síndrome de Down. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (Dissertação de Mestrado), 2001.

COLNAGO, N. A. S.; BIASOLI-ALVES, Z. Necessidades de Famílias de Bebês com Síndrome de Down – SD: Subsídios para uma Proposta de Intervenção In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.; TANAKA. E. D.O. (Orgs.) **O Papel da Família junto ao Portador de Necessidades Especiais.** Londrina: Eduel, 2003, p. 1-14.

CORIAT, E. **A Psicanálise na Clínica de Bebês e Crianças Pequenas.** Porto Alegre: Arte e Ofícios, 1997.

DESSEN, M.A. & LEWIS, C. **Como estudar a família e o "pai".** Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia, 8(14/15), 105-121, 1998.

DESSEN, M. A; SILVA, N. L. P. A Família e os Programas de Intervenção In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C de A. (orgs.) **Temas em Educação Especial-Avanços Recentes.** São Carlos: Edufscar, 2004, p. 179-187.

DESSEN, M. A. **Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico.** Temas em Psicologia, 3, 51-61, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTMAN, J. **Inteligência Emocional e a Arte de Educar Nossos Filhos.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

GURALNICK, Michael. J. **The effectiveness of early intervention.** Baltimore: Paul H. Brookes, (p.3-20), 1997.

KREPPNER, K. Development in a developing context: Rethinking the family's role for children's development. Em L. T. Winegar & J. Valsiner (Orgs.), **Children's development within social context** (p. 161-179). Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1992.

LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender.** Santos, Betina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

LÓPEZ. F. Desenvolvimento social e da personalidade. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação psicologia educativa.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. vol.1, p. 81-93.

MARTINS, P.C.R; MOSER, M.H. **Desenvolvimento psicomotor da criança no lar e na creche.** Revista Médica Hospital São Vicente de Paulo, [S.SI], v.8,n.18, p.20-28, 1996.

MELERO, M. L. **Aprendiendo a conocer a las personas con síndrome de Down.** Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.

NAVAJAS, A.F.; CANIATO, F.. **Estimulação precoce/essencial: a interação família e bebê pré-termo (premature).** Cad. De Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.3, n.1, p.59-62, 2003.

OMOTE, S. A Deficiência e a Família In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.; TANAKA. E. D.O. (Orgs.) **O Papel da Família junto ao Portador de Necessidades Especiais.** Londrina: Eduel, 2003, p. xv-xiii.

PEREIRA-SILVA, N. L. & DESSEN, M. A.. **Deficiência mental e família: Implicações para o desenvolvimento da criança.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17, 133-141, 2001.

POLITY, E. Pensando as dificuldades de aprendizagem à luz das relações familiares. Anais, V Congresso Brasileiro Psicopedagogia/I Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia/IX Encontro Brasileiro de Psicopedagogos (p. 131-144). 12 a 15 de julho, São Paulo, SP, 2000.

SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

SHEPHERD, RB. Desenvolvimento da motricidade da habilidade motora. In: **Fisioterapia pediátrica**. São Paulo: Santos; 1998. 09-42.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Crianças **com Síndrome de Down e suas Interações Familiares**. *Psicol. Reflex. Crit.* [on line]. 2003, vol. 16, nº 3 [citado 14 Agosto 2004], p. 503-514. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300009&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0102-7972 Acesso em: 23 jul 2004.

SILVA, RK, GAETAN, ESM. **A importância da estimulação ambiental e da intervenção fisioterapêutica precoce na habilitação de crianças com paralisia cerebral: uma visão neurofisiológica**. *Reabilitar* 2004; 22(6): 49-57.

SILVA, Nara Liana Pereira e DESSEN, Maria Auxiliadora. **Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2001, vol. 17, no. 2 [citado 2007-04-11], pp. 133-141. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722001000200005&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0102-3772. doi: 10.1590/S0102-37722001000200005. Acesso em: 24 de maio de 2007.

SOUZA R.M. **A criança na família em transformação: um pouco de reflexão e um convite à investigação**. *Psic Ver*, 1997; (5):33-51.

TUDGE, J., Gray, J. T. & HOGAN, D. M.. Ecological perspectives in human development: A comparison of Gibson and Bronfenbrenner. Em J. Tudge; M. J. Shanahan & J. Valsiner (Orgs.), **Comparisons in human development: Understanding time and context** (p. 72-105). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VYGOTSKY, L. The problem of the environment. Em R. Van der Deer & J. Valsiner (Orgs.), **The Vygotsky Reader** (pp. 338-354). Oxford, UK: Basil Blackwell, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOIVODIC, Maria Antonieta; STORER, Márcia Regina de Souza. **O desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down à luz das relações familiares.** Psicologia: Teoria e Prática, 2002, 4(2): 31-40.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo.** Rio de Janeiro: Ed. WCA, 1995.

WINNICOT, D. W. **Natureza humana.** Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1990.

ZAMBERLAN, M.A.T; BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção.** Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (UEL); 1996.